

Projecto-Resolução n.º 362/XV/1ª

Recomenda ao Governo que proceda à reavaliação dos tempos letivos mínimos para as disciplinas de História e Geografia no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Exposição de motivos

As mudanças políticas e culturais a nível nacional e mundial na década de 1980 tiveram efeitos profundos no sistema educativo português, no currículo nacional e também no ensino da História em Portugal, operadas pelos documentos curriculares em vigor, e pela renovação dos manuais escolares em linha com as novas orientações curriculares. Na substância, e ao fim de mais de três décadas, essa renovação da gestão da memória social a partir do sistema de ensino desembocou na progressiva desvalorização da identidade portuguesa e dos portugueses enquanto povo caracterizado por uma história multissecular única no panorama internacional, quer pela sua durabilidade de quase nove séculos, quer pela diversidade e impacto nos destinos da humanidade.

Acrescente-se uma outra tendência do sistema de ensino das décadas recentes, crescentemente orientado para as Ciências, as Matemáticas, as Tecnologias.

Essa conjugação de fatores legitimou a redução de tempos letivos na disciplina de História e Geografia de Portugal (HGP) no ensino universal e obrigatório, em particular no 2º ciclo e em História no 3º ciclo, momentos decisivos da preparação para a cidadania. Nos últimos anos, o fenómeno tem-se estendido a um número de escolas cada vez maior.

Em 2017, foi publicado o Despacho nº 5908/2017¹, que autorizava, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018. O projecto piloto chegou a 235 escolas durante esse ano letivo, dando-lhes autonomia curricular até 25% que poderia ser utilizada de diversas formas: criar novas disciplinas ou fundir disciplinas já existentes, mexer nos tempos letivos, aumentando-os ou diminuindo-os, e introduzir novidades curriculares e novas metodologias de ensino, nomeadamente as disciplinas de Cidadania e de TIC, que obrigou à redução de tempo de outras disciplinas, uma vez que a mancha horária semanal se manteve inalterada.

Apesar de não ser claro nos documentos oficiais uma diminuição dos tempos letivos, na verdade, na grande maioria das escolas, e no âmbito dessa autonomia, verificou-se uma diminuição efetiva, clara e evidente dos tempos em História e Geografia, sob o fundamento do necessário espaço para a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

No seu seguimento, e perante várias críticas, as associações de professores de História e Geografia (APH e APG) uniram esforços numa tomada de posição conjunta e num pedido de audiência ao Secretário de Estado para dar conta da sua insatisfação², advogando a impossibilidade de trabalhar com eficácia pedagógica os conteúdos das respectivas disciplinas no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico com apenas dois tempos semanais de 45 ou 50 minutos. Destaca-se o facto de que realizada essa audiência, o Sr. Secretário de Estado referiu relativamente a Cidadania e Desenvolvimento que “esta nova disciplina deveria, de facto, ser prioritariamente lecionada por professores de História ou Geografia. Afirmou ainda que esta disciplina teria, apenas, 25 minutos semanais de leção, não retirando assim qualquer tempo letivo à Geografia e à História, mantendo-se na realidade a mesma carga horária semanal disciplina de HGP”.

As associações recomendavam às escolas envolvidas nessa reorganização curricular o seguinte:

- 2º Ciclo - 3 tempos letivos cada, para o 5º e 6º Ano;

¹ [Despacho n.º 5908/2017 | DRE](#)

² [A HISTÓRIA DE UMA LUTA Posição conjunta relativa ao despacho 5908/2017, das Associações de Professores de Geografia e de História – APG \(apofgeo.org\)](#)

- 3º Ciclo - 3 tempos letivos cada para o 7º Ano, 8º e 9º Anos distribuídos equitativamente pela Geografia e pela História;
- A nova disciplina de Cidadania e Desenvolvimento ser atribuída, em regra, a professores de História e Geografia.

Reduzida a 90 ou 100 minutos semanais na maioria dos anos de escolaridade, a História perde cada vez mais peso na formação do conhecimento e da perceção de quem somos, de onde viemos e como aqui chegámos, quais os desafios humanos e civilizacionais cuja compreensão é fundamental para o senso comum, conhecimentos que apenas a História, em articulação com outras áreas do saber humanísticas, como a Geografia, a Economia, a Filosofia, a Literatura, nos pode transmitir. Os dados recolhidos no inquérito³ realizado às escolas organizado pela APH – Associação de Professores de História, associação científico-pedagógica de professores de História de todos os ciclos e graus de ensino, são bem demonstrativos dos desafios com que a sociedade portuguesa se confronta. A maioria dos jovens chega ao secundário com uma carga letiva de História cada vez menor e, em muitos casos, intermitente, devido à aplicação da semestralidade numa percentagem significativa de escolas. Considerando que a maioria dos alunos não segue o curso de Humanidades, isto significa que o 9º ano pode ser o último ano letivo em que estes alunos estabelecem contacto com a História e com a sua forma específica de construir conhecimento.

Pelo exposto, esta situação merece reflexão e tomadas de posição, dado que os docentes respondentes ao referido inquérito espelharam grande preocupação, ao considerarem, esmagadoramente (96,8%) que “a redução dos tempos letivos da disciplina impede o desenvolvimento de competências de análise, criativas e críticas (...)”, o que não permite que o ensino das ciências sociais e humanidades tenha o significado desejado ao longo da vida dos cidadãos.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

³ [Relatório final ao 2º inquérito sobre Tempos Letivos de História | APH](#)

1. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento seja lecionada por docentes com formação em Ciências Sociais e Humanidades (História, Geografia e Filosofia).
2. Os programas de História mantenham uma estrutura cronológica tradicional de longa duração, do passado para o presente, com grande enfoque na História de Portugal.
3. Proceda à reavaliação dos tempos letivos mínimos para as disciplinas de História e Geografia, seguindo as recomendações da APH e APG, para o 2º e 3º Ciclos.

Palácio de São Bento, 5 de Janeiro de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa